



17 de agosto de 2018

10,15% de reajuste salarial só virá com a luta nas ruas

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Contratos precários na educação em São Paulo! Lutar pela estabilidade no emprego.
- Rejeitar a prova por mérito. Reajuste para todos os trabalhadores.

O fracasso do governo com o “Dia D”:

Mas, a rejeição com abaixo-assinado não basta.

A APEOESP PRECISA APROVAR UM CHAMADO À PARALISAÇÃO NACIONAL NO DIA 31/08.

É preciso erguer o combate unificado às reformas antipopulares e antinacionais, combinando essa luta com a defesa dos empregos e salários.

Os professores precisam lutar pela independência política dos explorados.

Nada de desviar a luta para as eleições!

O golpista Temer, apoiado pelos governadores e prefeitos, tem tentado passar um verniz democrático no processo de elaboração da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Tem utilizado, para isso, as audiências públicas, as quais têm sido barradas em vários lugares, como nós, da Apeoesp, em aliança com os estudantes, fizemos no Memorial da América Latina, momento em que a mobilização coletiva se mostrou novamente como o caminho para dobrar até os governos mais intransigentes. Estes, todavia, ainda não se deram por vencidos.

Em São Paulo, Márcio França e o secretário João Cury Neto tentaram uma manobra para posar de democratas: chamaram o dia 2 de agosto como “Dia D” da BNCC. A ideia do governo era fazer, em um único dia, uma consulta sobre a Base (com suas 150 páginas) em 28 mil escolas e com meio milhão de professores. Tratava-se de uma tentativa de fazer o processo de construção da Base e de implantação da reforma do ensino médio parecer como se fosse elaborado “de baixo para cima”. Mas, o tiro saiu pela culatra: em todo o estado de SP, houve manifestações contrárias à política de destruição da Educação Básica.

Tais manifestações, contudo, estiveram restritas à elaboração de abaixo-assinados. Embora possam ter sido úteis no momento, evidentemente, não serão suficientes para derrubar a Base nem a reforma do ensino médio. É preciso sair às ruas, convocar as assembleias e cobrar da CNTE e das centrais que convoquem a luta unificada nacionalmente. É preciso retomar o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. Um obstáculo poderoso nesse sentido, porém, é o fato das esquerdas, e a direção petista da Apeoesp, em particular, estarem totalmente voltadas às eleições, dando as costas para os problemas reais da categoria.

Com as eleições se aproximando e os candidatos praticamente definidos, resta ao magistério se questionar: o que fazer com toda essa podridão? Os partidos burgueses de todos os tipos se mostram profundamente corrompidos e incapazes de realizar qualquer transformação em favor da maioria nacional. Mais do que isso: diante da crise econômica, se lançam em um ataque violento contra as massas. Derrubaram um governo eleito através de um golpe de Estado, implantaram o governo de ditadura civil de Temer e vêm aprovando um conjunto de reformas antinacionais e antipopulares.

Essas eleições terão a função de completar a transição do gol-

pe até um novo governo, criando a ilusão de que a democracia segue intacta. No entanto, a população, formada pela maioria de trabalhadores e classe média arruinada, nada influencia sobre os acordos partidários, as candidaturas e alianças. Trata-se de uma gigantesca farsa. O Brasil nunca teve uma democracia plena, e nunca terá sob o capitalismo. Nossa história é marcada por golpes e ditaduras. O próprio movimento golpista que destituiu Dilma Rousseff se gestou nas entranhas da democracia burguesa.

Agora, mais do que nunca, a defesa em geral, abstrata, da “democracia”, como fazem os reformistas de todos os matizes, revela a sua enorme serventia aos capitalistas. As eleições não passam de um instrumento da democracia burguesa. A disputa de outubro servirá para passar a limpo o golpe e instituir um governo supostamente legitimado pela soberania do voto popular. Para a Corrente Proletária na Educação, no entanto, a prisão de Lula e a cassação de seus direitos políticos marcam a fogo a disputa interburguesa e marcarão o resultado das eleições. Está mais do que claro seu caráter antidemocrático.

Por outro lado, os professores, a juventude oprimida e os explorados em geral tampouco podem se deixar enganar pelos discursos em favor de um “governo popular” e de “participação popular”, bandeiras empunhadas pelo PT, PSOL e outros. A experiência com o próprio PT, assim como outros governos nacional-reformistas na América Latina e outras localidades, demonstra a impossibilidade de um governo vitorioso nas eleições realizar as transformações necessárias para tirar o país do atraso. Não por acaso, a população se mostra cética, desconfiada e apática. Será preciso uma grande campanha da burguesia para conseguir arrastar as massas às urnas.

Cabe à camada mais consciente do professorado e demais explorados lutar pela independência política do proletariado, denunciando e explicando a função das eleições de preservar o domínio da burguesia. Deve apontar o caminho da luta massiva, ao redor das reivindicações que unificam os explorados, com o método da ação direta. Defendemos que se convoque nacionalmente uma paralisação no dia 31 de agosto. Nada de desviar a luta para as eleições! Diante destas, a bandeira de construção do partido revolucionário guiará a campanha da Corrente Proletária na Educação pelo voto nulo.

10,15% de reajuste salarial só virá com a luta nas ruas

No mês de junho, a diretoria da Apeoesp fez questão de mostrar que tinha um acordo com o governador França/PSB e o STF, Carmem Lúcia, no sentido de pagar o famigerado índice de 10,15% de reajuste para o magistério. A presidenta da Apeoesp chegou cantando vantagem, na reunião do CRE, que o pagamento seria parcelado em 3 vezes.

Essa conversa durou pouco. Márcio França, mal assumiu o governo, e já lançou sua candidatura às eleições. Nada de reajuste! Assim, só restou à burocracia da Apeoesp ficar implorando para que a assessoria de Márcio França envie a proposta do reajuste para o STF.

Contraditoriamente, os ministros do STF enviaram ao Congresso sua proposta de aumento salarial de 16,8%, elevando seus salários de R\$ 33 mil para R\$ 39 mil. No entanto, fazem uma batalha campal para não aprovarem o reajuste miserável de 10,15% aos professores.

Ora, os trabalhadores estão cansados de saber que a ditadura civil de Temer e seus aliados golpistas vieram para impor as reformas, que cortam recursos de setores essenciais e que retiram direitos, como a trabalhista e a da Previdência. Ao mesmo tempo, ampliam as terceirizações e privatizações. Tudo para continuar com o pagamento da gigantesca dívida pública. Está aí por que não podemos ficar esperando promessas daqueles que estão a serviço da implantação das reformas antinacionais e antipopulares. Exigimos que a direção da CNTE, da Apeoesp e demais sindicatos saiam dessa passividade eleitoreira e organizem uma verdadeira luta nas ruas para barrar as reformas e a reposição salarial.

Por isso, é necessário chamar a assembleia geral, amplamente convocada, para organizar a unificação dos servidores municipais, estaduais e federais. Somente a luta direta, por meio da greve nacional, é possível derrotar tamanha ofensiva dos governos contra o funcionalismo e demais trabalhadores.

Contratos precários na educação em São Paulo! É necessário lutar pela estabilidade no emprego

Desde 2009, o governo de São Paulo, através da Lei 1093, vem impondo os contratos precários na educação. Tanto professores como funcionários são vítimas dessa contratação precária. Os denominados professores categoria "O", que têm aulas atribuídas e os professores categoria "V", que nem aula possuem e recebem apenas por aula dada, estão submetidos a tamanha violência.

Segundo dados da CGRH, de 2009 até junho de 2018, foram efetuados 29.901 contratos temporários de professores e 439 funcionários. Os contratos dos professores, depois da greve de três meses, foram ampliados para três anos. Portanto, em 2018, houve uma quebra de contrato dos que estavam na rede em 2014. Agora, para 2019, serão os de 2015, que estão impedidos de dar aulas.

Como se vê, o governo faz um rodízio com os professores, economizando às custas do desemprego de uma parcela, e da exploração, de outra. Com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC, governo e os empresários da educação ampliarão

ainda mais a precarização dos contratos e avançarão com a terceirização e privatização.

O professor categoria "O" se tornou o exército de reserva da educação e o professor categoria "V", como segunda reserva. Desde 2017, o professor categoria "V" é impedido de fazer inscrição para lecionar com um contrato, mesmo que tenha contrato de "O", eliminando professores com mais 15 anos na rede.

Onde o governo economiza com a precarização? O contrato temporário não classifica o professor e o funcionário de escola como servidor público, portanto, não há vínculo com o Estatuto dos Servidores; os contratados são do INSS para a aposentadoria, mas sem vínculo nenhum. Então, não há nenhuma garantia de aposentadoria e sequer de trabalho. Assim, o governo se livra dos encargos sociais, que já são pouquíssimos.

A Corrente Proletária na Educação vem, sistematicamente, defendendo o fim dos contratos temporários, a efetivação de todos e a estabilidade no emprego.

Rejeitar a prova por mérito, que divide a classe e ajuda o governo a arrochar os salários. Exigimos reajuste para todos os trabalhadores

O governo França quer economizar fazendo demagogia com a categoria com a tal prova por mérito. A ideia é pagar míseros 10% para alguns professores, os melhores classificados na tal prova por mérito.

Não aceitamos essa farsa, que exclui 80% da classe. Além dele não pagar os 10,15%, prometido e acordado com o STF, agora vem com essa proposta distracionista e divisionista.

Já aprovamos em assembleia, em anos anteriores, a rejeição a esse mecanismo do governo.

Reafirmamos esse posicionamento: Não à prova por mérito! Reajuste a todos!

PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Os trabalhadores devem saber que em 3 de setembro de 1938 foi fundada a IV Internacional, sob a direção de Leon Trotsky. A III Internacional nasceu em 1919, tendo por principais dirigentes Lênin e Trotsky. Foi dissolvida em 1943 a mando de Stalin, que havia expulsado Trotsky da União Soviética e ordenado seu assassinato em 1940.

Lembramos que a III Internacional se impôs como necessidade diante da falência da II Internacional, cuja direção se submeteu à política do imperialismo na 1ª Guerra Mundial. A revolução russa se encarregou de impulsionar a fundação da III Internacional. Como se vê, resumidamente, a IV Internacional também se originou da luta contra a traição da direção usurpadora da III Internacional,

que foi o estalinismo. É bom ter em mente que a 1ª Internacional foi fundada em 1864, por Marx e Engels.

Em essência, o que é a Internacional? É a organização da classe operária em nível mundial. A III Internacional permitiu um grande avanço do internacionalismo proletário porque se constituiu no Partido Mundial da Revolução Socialista. A IV Internacional foi sua continuidade. Hoje, quando completa 80 anos, exige a sua reconstrução, uma vez que foi dissolvida pelo revisionismo.

Chamamos os trabalhadores a construir o Partido Operário Revolucionário, como parte do internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

Viva a IV Internacional!